



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 4625/989/16
Poder LEGISLATIVO
Município Mirante do Paranapanema
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA
Período 08/2016
Relator Dr. Renato Martins Costa
Unidade Fiscalizadora UR-05 UNIDADE REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE
Responsável RUBINER CELSO DOS SANTOS
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 648.175.049-00
Período de Gestão 01/01/2015 a 31/12/2016

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Parte dos documentos exigidos foi entregue, sendo parte da entrega tempestiva e parte intempestiva.

Não foram entregues os seguintes documentos:

| Tipo de Documento | Mês | Ano |
|-------------------------------|------------|------------|
| Questionário sobre Transporte | 8 | 2016 |

Os seguintes documentos foram entregues intempestivamente:

| Tipo de Documento | Mês | Ano |
|---|------------|------------|
| Questionário sobre Quadro de Pessoal (a partir de 2016) | 8 | 2016 |

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Poder não possui Restos a Pagar

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

| Período | Gastos | RCL | % Gasto | % Permitido Legal |
|---------|------------------|-------------------|---------|-------------------|
| 8/2015 | R\$ 873.127,34 | R\$ 47.088.643,60 | 1,8542% | 6,0000% |
| 12/2015 | R\$ 943.052,39 | R\$ 46.867.207,78 | 2,0122% | 6,0000% |
| 4/2016 | R\$ 990.946,91 | R\$ 48.665.110,34 | 2,0363% | 6,0000% |
| 8/2016 | R\$ 1.020.347,67 | R\$ 51.381.530,37 | 1,9858% | 6,0000% |

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

| Período | Desp. Pessoal | RCL | % Gasto | % Ref. |
|---------|------------------|-------------------|---------|---------|
| 6/2016 | R\$ 1.009.040,39 | R\$ 49.660.180,83 | 2,0319% | 2,0319% |
| 8/2016 | R\$ 1.020.347,67 | R\$ 51.381.530,37 | 1,9858% | 2,0319% |

A despesa com pessoal no encerramento do mês 8/2016, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 1,9858%, não sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2016, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco".

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

| | |
|--|---------------|
| Disponibilidade Financeira no final do período | R\$ 75.651,09 |
|--|---------------|

| | |
|---|----------------|
| (-) Saldo de Restos a Pagar até o período | R\$ 0.00 |
| (-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período | R\$ 0,00 |
| (-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar | R\$ 2.295,00 |
| (=) Liquidez do Período | R\$ 73.356,09 |
| (+) Saldo da Receita Prevista a Realizar | R\$ 408.000,00 |
| (-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar | R\$ 481.356,09 |
| (-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar | R\$ 0.00 |
| (=) Liquidez Projetada | R\$ 0,00 |

A verificação da situação de liquidez apresenta superávit no resultado do período atual e equilíbrio no projetado para o exercício, revelando uma situação favorável frente ao adimplemento dos compromissos já assumidos, não se visualizando o comprometimento da execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, não necessitando, portanto, da expedição de alerta quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

| Nomenclatura | Saldo Período Anterior | Movimento do Período | | Saldo Para o Período Seguinte |
|--|------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------------|
| | | Inscrição | Baixa | |
| <u>Restos a Pagar Processados</u> | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| <u>Restos a Pagar Não Processados</u> | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Consignações | R\$ 0,00 | R\$ 174.223,21 | R\$ 162.659,19 | R\$ 11.564,02 |
| Depósitos | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Outros | R\$ 0,00 | R\$ 785.222,81 | R\$ 785.222,81 | R\$ 0,00 |
| Total | R\$ 0,00 | R\$ 959.446,02 | R\$ 947.882,00 | R\$ 11.564,02 |

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 06/10/2016
Hora da Geração: 22:06:11